

Agenda Nacional de Gênero no âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030 - Brasil

Governo Federal

Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SEPM

Santiago - Chile, 2017

1. Quadro normativo

Constituição Federal de 1988

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e **mulheres** são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

XX - **proteção do mercado de trabalho da mulher**, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 (Lei do CNDM)

Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Lei Complementar nº 150, de 2015, que regulamentou a a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como a PEC das Domésticas (os).

Lei do Feminicídio 13.104/2015, A nova lei alterou o código penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio.

Projeto de Lei 7371/2014- Que cria um fundo para enfrentamento a violência contra a mulher. Está no Congresso Nacional, foi criado na CPI Mista da violência Contra a Mulher.

Lei 13.434/2017-Proíbe uso de algemas em presas grávidas durante os atos médicos e hospitalares precatórios para realização do parto. Texto proíbe a prática e logo após o presa dar a luz.

amamentação, e institui agosto como mês do aleitamento materno.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA- Portaria Nº 193, de 23 de fevereiro de 2010- ANVISA e Ministério da Saúde, que normatiza o objetivo orientar instalação de salas de apoio amamentação em empresas públicas e privadas e a fiscalização desses ambientes pelas vigilâncias sanitárias local.

2. Quadro institucional

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CND

Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SEPM

Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de dos Direitos da Mulher

Secretarias Estaduais, Distritais e Municipais de Políticas para Mulheres

Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência:

- **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)**
- **Casas Abrigo**
- **Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs)**
- **Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Defensorias Públicas**
- **Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher**
- **Casa da Mulher Brasileira**
- Centro de Atendimento as Mulheres nas regiões de fronteiras seca;
- Inauguração do espaço da Mulher Brasileira em Boston (2017)

3. Participação

Conferência Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional

Conselhos de Direitos da Mulher-CNDM

4. Construção e fortalecimento de capacidades

Rede Brasil Mulher

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Programa Mulher, Viver sem Violência

Pacto da Educação

Pacto da Saúde

Plano Nacional de Segurança Pública que inclui um dos eixos, o combate ao feminicídio e a violência contra a mulher.

Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura de Paz e Direitos Humanos

Programa Saúde da Mulher

Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

5. Financiamento

Programa Voltados para Mulheres do PPA 2016/2019 -
Previsto 532 Milhões

Orçamento da SPM- 90 milhões , sendo que
81.633.852,90, para ações finalísticas, e 9 milhões para
gestão, fora as emendas de bancadas, e os orçamentos
dos programas voltados para mulheres dos outros
Ministérios, garantidos no PPA.

Orçamento do Objetivo 059 do Programa 2012- Objetivo
da - Autonomia Econômica das Mulheres Rurais- SEAD-
Apoio- **15.374.877**

6. Comunicação

Rede Brasil Mulher

7. Tecnologia

Programa Mulheres na Ciência - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI:

Objetivo: "Desenvolver atividades de promoção da paridade, de inserção social e de conhecimento e difusão no âmbito da CT&I"

8. Cooperação

Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança - Ministério das Relações Exteriores

Rede Brasil Mulher

Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência

Senado -Iniciativa Inédita aprovada 20 /04/217, criado acordo de cooperação Entre o Senado e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial , para garantir vagas de mulheres vitimas de violência doméstica em vagas de contrato terceirizados.

9. Sistemas de informação

Rede Brasil Mulher

Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

10. Monitoramento, avaliação e prestação de contas

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Câmara Técnica de Enfrentamento ao Feminicídio

10- Estratégias Pactuadas em Montevideu –
Reunião de (CEPAL)